

---

## Dossiê manutenção a não exigência de certificação 15.247

---

De Licitações <licitacoes@gemelo.com.br>

Data Qui, 2026-04-02 09:16

Para LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

 17 anexos (13 MB)

Acórdão 2448 de 2023 Plenário - Documento 1.pdf.html; CONTRATO DESCONTINUIDADE RITTAL - Documento 2.pdf; Parecer previo\_inexigibilidade de licitação\_sala cofre - Documento 3.pdf; DECISÃO 15247 - Polícia Federal do DF - Documento 4.pdf; JUGAMENTO\_RECURSO01 - PRODEB - Documento 5.PDF; trt20 20240627141934941059\_documentos\_90003\_DESPACHO DG Nº 062-2024 - Documeto 6.pdf; Denuncia TCU - TRT20 - Documento 6.pdf; ABNT NBR 15247\_compressed.pdf; SEI\_TJPI - 5826756 - Decisão.pdf.html; Cadastro Felipe Dytz 2018.pdf; Relatório Estanqueidade PF DF.pdf; Parecer Técnico - Sala Cofre DTI PF.pdf; Analise\_Tecnica\_do\_Recurso\_Administrativo - TJ Paraiba.pdf; Acórdão 1937 de 2024 Plenário.pdf.html; UASG 323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ.pdf; impugnação - Gemelo - TJ\_SE.pdf.html; Acórdão 2278 de 2025 Plenário.pdf.html;

**CUIDADO:** E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: [etir@agro.gov.br](mailto:etir@agro.gov.br).

**GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.888.247/0001-84, na condição de licitante vem, respeitosamente, apresentar **INFORMAÇÕES**:

Vem por meio deste comunicar sobre algumas decisões tem repercussões diretas neste caso, quem vem diretamente influenciando e interferindo nos processos licitatórios, pela exigência da certificação ABNT NBR 15.247 para manutenção, que nitidamente é reconhecida pelo Tribunal de Contas da União como reserva de mercado, trazendo também uma elevação dos preços que não correspondem aos praticados no mercado, como vamos demonstrar nos documentos anexos e nas decisões já proferidas por órgãos de grande representatividade na administração pública.

Documento 1: Acórdão do TCU 2448 - Que fala sobre reserva de mercado e direcionamento

Documento 2: Contrato Descontinuidade das peças da RITTAL – O que impossibilita a recertificação da Sala Cofre.

Documento 3: Parecer sobre a proibição de inexigibilidade – Assembleia legislativa de São Paulo

Documento 4: Decisão da Polícia Federal do DF, sobre a não exigência de apresentação da carta ABNT e recertificação da Sala Cofre apenas da apresentação de relatório de conformidade.

Documento 5: Decisão da PRODEB sobre a não necessidade e a inexistência de processo de recertificação da Sala Cofre

Documento 6: Apresentação de Denúncia ao TCU e parecer favorável sobre cancelamento do processo licitatório que exigiu a recertificação de Sala Cofre.

Documento 7: Parecer do TJ - Piauí anulando toda o processo licitatório por ter exigido a recertificação da Sala Cofre.

Documento 8: Currículo do consultor independente que fara o relatório de conformidade com uma vasta experiencia em certificações ABNT.

Documento 9: Relatório do teste de estanqueidade.

Documento 10: Relatório enviado a Polícia Federal sobre a manutenção da conformidade da estrutura da sala cofre e das paredes cortas fogo em conformidade com a norma 15.247.

Documento 11: Parecer do TJ- Paraíba pela aceitação de relatório de profissional independente para confirmação de conformidade da Sala Cofre.

Documento 12: Acórdão do TCU 1937 - Que fala sobre contratações para manutenção de Sala Cofre, onde foi exigida a "manutenção da certificação 15.247", apresentaram valores 109% superiores aos valores para os mesmos contratos sem a exigência da certificação, conforme trechos abaixo reproduzidos na íntegra do acórdão

Documento13: Decisão ANP - RJ: Então, a exigência de utilização estrita de peças originais e rastreáveis expressamente prevista no PE-047.20 não se aplica a essa contratação, pois não estamos exigindo a manutenção da certificação da nossa sala cofre, além do que, este procedimento sequer é mencionado no Termo de Referência Finalmente, carece de evidências técnicas e científicas o argumento final da recorrente de que "o uso de peças similares é prática inviável e comprometerá a qualidade da Sala Cofre...", inclusive, esse argumento vai de encontro ao observado em nosso contrato para manutenção da nossa sala cofre em Brasília, cujos serviços foram contratados sem exigência de qualquer tipo de certificação, os quais foram prestados de maneira plenamente satisfatória, sem que a contratada recebesse qualquer glosa ou sanção durante todo o período de três anos que durou o respectivo contrato, conforme pode ser comprovado no processo ANP SEI 48610.221069/2019.

Documento 14: *Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas originalmente no Pregão Eletrônico (PE) 13/2017, sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde (CGMP/MS), com valor estimado de R\$ 7.686.345,06, objetivando contratar prestação de serviços de manutenção preventiva, programada e corretiva em datacenters e ambientes de segurança do MS localizados no Rio de Janeiro – RJ.*

Prezados,

Segue texto sobre a Certificação 15.247.

A exigência de recertificação da ABNT NBR 15247 para salas-cofre não é mais viável porque esse processo implica em realizar testes destrutivos de resistência ao fogo, algo que é impossível de executar em um data center ativo. Realizar esses testes significaria colocar em risco toda a infraestrutura e operação de um data center, que deve continuar funcionando ininterruptamente. Além disso, decisões recentes e documentos de órgãos como o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal mostram que a exigência da recertificação apenas encarece os processos sem trazer benefícios reais, configurando reserva de mercado.

O que agora é necessário é a manutenção das características originais da sala-cofre por meio de especialistas qualificados e certificados. Esses especialistas podem verificar se a sala continua em conformidade com os padrões sem a necessidade de testes destrutivos. Isso mantém a integridade do ambiente, reduz custos e atende às exigências de segurança, sem a necessidade de recertificação.

Esse posicionamento é reforçado por decisões como o acórdão do TCU (documento 1) que aponta para a desnecessidade de recertificação em casos semelhantes, sendo suficiente a apresentação de relatórios de conformidade por profissionais habilitados.

(Acórdão 2448 de 2023 PI...)(DECISÃO 15247 - Policia...)(JUGAMENTO\_RECURSO01 - P...).

**Dessa forma, informamos para que a Vossa Senhoria tome ciência das decisões e considere quaisquer efeitos no processo licitatório em questão.**

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

**Rafael Matias**

**Coordenador de Licitações**

✉ [rafael.matias@gemelo.com.br](mailto:rafael.matias@gemelo.com.br)

☎ (11) 97863-4871

☎ (11) 2680-5184/5185 - Ramal 2507

🌐 [www.gemelo.com.br](http://www.gemelo.com.br)

📍 Al. Grajaú, 60 | Salas 2116, 2117 e 2118  
Alphaville | Barueri/SP



**gemelo**  
data centers

Implementação • Retrofit • Manutenção



DCD Awards | 2018



